



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PRF – 3ª REGIÃO – ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM FRANCA

I. DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que **NÃO** contém um dos requisitos necessários à formação dos atos administrativos:
 - a) Finalidade.
 - b) Objeto.
 - c) Competência.
 - d) Vantagem.

2. É **CORRETO** afirmar que as seguintes entidades pertencem à administração indireta:
 - a) autarquia, empresas públicas e conselhos estatais.
 - b) empresa mista e sociedades autárquicas.
 - c) fundações públicas e empresas.
 - d) sociedade de economia mista e empresa pública.

3. Considere a seguinte situação:

Demissão do servidor estável invalidada por sentença judicial.

Nesse caso, é **CORRETO** afirmar que
 - a) o servidor será aproveitado imediatamente.
 - b) o cargo que o servidor ocupou será extinto.
 - c) o servidor será reintegrado ao cargo.
 - d) o servidor terá direito à aposentadoria proporcional.

II. DIREITO CONSTITUCIONAL

4. Ataulfo e Valmir, Prefeitos de dois Municípios vizinhos, visando ao desenvolvimento econômico da região, tiveram a ideia de fundi-los num único Município. Porém, segundo a Constituição Federal, para que tal fusão ocorra é necessário, dentre outros requisitos,
 - a) parecer prévio da Assembleia Legislativa do Estado e aprovação do Governador do Estado.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PRF – 3ª REGIÃO – ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM FRANCA**

- b) parecer prévio de ambas as Procuradorias dos Municípios envolvidos e aprovações das Câmaras Municipais.
- c) consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- d) opinião prévia dos sindicatos sediados em ambos os Municípios envolvidos com o fim de resguardar os interesses dos trabalhadores.

5. *O Estado estrangeiro X ajuíza uma ação em face do Município Y, capital do Estado da federação W.*

Nesse caso, a competência para conhecer a demanda em primeiro e em segundo graus de jurisdição é, respectivamente, do Juiz

- a) de Direito de vara competente para as causas da Fazenda Pública municipal da capital do Estado W e do Tribunal de Justiça do Estado W
 - b) de Direito da vara competente para as causas da Fazenda Pública municipal da capital do Estado W e do Tribunal Regional Federal da Região Judiciária Federal correspondente à do Estado W
 - c) Federal da capital do Estado W e do Tribunal Regional Federal da Região Judiciária Federal correspondente à do Estado W
 - d) Federal da capital do Estado W e do Superior Tribunal de Justiça
6. É legitimado para propor a edição, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante:
- a) o Presidente do Senado Federal.
 - b) a mesa do Congresso Nacional.
 - c) o Defensor Público do Estado.
 - d) o Defensor Público-Geral da União.

III. DIREITO CIVIL

7. Acerca do instituto da prescrição, assinale a alternativa que diferencia corretamente as consequências da suspensão e da interrupção no cômputo do prazo prescricional.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PRF – 3ª REGIÃO – ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM FRANCA**

- a) Em caso de suspensão, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo após o término da causa suspensiva; em caso de interrupção, computa-se integralmente o prazo transcorrido antes da causa interruptiva.
- b) Em caso de suspensão, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo após o término da causa suspensiva; em caso de interrupção, computa-se o prazo transcorrido antes da causa interruptiva, até o limite de 1 (um) ano.
- c) Tanto nos casos de suspensão como nos casos de interrupção, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo, após a cessação da causa suspensiva ou interruptiva, distinguindo-se os institutos pela natureza do evento que gera a suspensão ou a interrupção.
- d) Em caso de suspensão, computa-se integralmente o prazo transcorrido antes da causa suspensiva; em caso de interrupção, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo após o término da causa interruptiva.

8. No Direito Civil, as nulidades absolutas:

- a) só podem ser pronunciadas pelo juiz a partir de requerimento das partes, podendo supri-las se houver pedido expresso nesse sentido, tendo em vista a finalidade almejada pelas partes.
- b) dependem sempre da prova de má-fé das partes que celebraram o negócio jurídico.
- c) devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes.
- d) só podem ser alegadas pelas partes interessadas, defesa a intervenção de terceiros ou do órgão ministerial.

9. Em relação à prova dos negócios jurídicos:

- a) Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PRF – 3ª REGIÃO – ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM FRANCA**

- b) A confissão é possível em face de direito de qualquer natureza, é irrevogável e não é passível de anulação em nenhuma hipótese.
- c) As pessoas que não podem ser admitidas como testemunhas não poderão ser ouvidas em juízo, salvo se prestarem compromisso de veracidade de suas declarações.
- d) O instrumento particular, feito e assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor e, independente de registro público, operam seus efeitos em relação a terceiros de imediato.

IV. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

10. A alternativa que alude apenas aos elementos da ação é:

- a) órgão jurisdicional, partes e pedido;
- b) órgão jurisdicional, causa de pedir e demanda;
- c) partes, causa de pedir e pedido;
- d) partes, interesse processual e pedido;

11. Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade. O postulado refere-se:

- a) às condições da ação do interesse processual de agir e da legitimidade para a causa, que em regra dirá respeito à legitimação ordinária.
- b) aos pressupostos processuais do interesse processual de agir e da legitimidade ordinária para a causa.
- c) às condições da ação do interesse processual de agir e da legitimidade para a causa, que em regra tratará da legitimação extraordinária.
- d) aos pressupostos processuais do interesse processual de agir e da legitimidade extraordinária para a causa.

12. Com relação às provas, é correto afirmar:



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PRF – 3ª REGIÃO – ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM FRANCA

- a) As partes podem juntar documentos a qualquer tempo, ainda que não sejam novos.
- b) Pode o juiz, independentemente de requerimento, determinar o comparecimento pessoal das partes a fim de interrogá-las sobre os fatos discutidos na causa, qualquer que seja o estado do processo.
- c) A confissão espontânea é sempre pessoal, não podendo ser realizada por mandatário com poderes especiais.
- d) O juiz deverá admitir a oitiva de testemunhas mesmo que a parte tenha confessado sobre o fato a respeito do qual viria a depor.

13. Interposto recurso, o recorrente poderá dele desistir:

- a) se não houver recurso adesivo ao seu.
- b) somente até a remessa ao tribunal.
- c) sem a anuência do recorrido.
- d) até que haja a resposta do recorrido.

V. DIREITO PREVIDENCIÁRIO

14. EC 20/98, ao restringir a concessão do salário-família e do auxílio-reclusão aos dependentes dos segurados de baixa renda, tornou efetivo o princípio da

- a) equidade na forma de participação no custeio.
- b) universalidade da cobertura.
- c) universalidade do atendimento.
- d) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.

15. São princípios e diretrizes da Seguridade Social, **EXCETO**:

- a) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- b) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) Unidade da base de financiamento.
- d) Equidade na forma de participação no custeio.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PRF – 3ª REGIÃO – ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM FRANCA

16. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições,
- a) sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.
 - b) por no máximo 36 meses, quem está em gozo de benefício por incapacidade de prestação continuada.
 - c) até 48 meses após a cessação das contribuições, o segurado obrigatório.
 - d) até 18 meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
17. Consoante os termos da lei federal que regula o custeio da previdência sob regime geral, a condição de segurado especial é mantida quando aquele que exerce atividade rural é eleito:
- a) diretor de escola
 - b) dirigente de sociedade
 - c) vereador
 - d) presidente de clube

VI. NOÇÕES DE INFORMÁTICA

18. No Painel de Controle do Windows 7 existe o recurso denominado Windows Update. A principal funcionalidade desse recurso é de _____. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.
- a) permitir as atualizações automáticas do Sistema Operacional à medida que estiverem sido disponibilizadas novas implementações pela Microsoft.
 - b) atualizar todas as datas dos arquivos e pastas utilizadas desde da última instalação do Sistema Operacional.
 - c) para manter a data (date em inglês) em constante sincronia com os relógios internacionais, utilizando-se da Internet.
 - d) na necessidade de migrar para o Windows XP, ou mesmo para o Windows 8, esse recurso será importante de ser utilizado.
 - e) receber periodicamente as informações dos últimos lançamentos da Microsoft que podem impactar na segurança do sistema e o custo de aquisição.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PRF – 3ª REGIÃO – ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM FRANCA

19. Quanto à Segurança da Informação identifique a única alternativa que **NÃO** é considerada tecnicamente como um *malware*:

- a) tripod
- b) spyware
- c) trojan
- d) worm

20. Existem vários programas que permitem compactar e descompactar arquivos. O formato de compactação de arquivos mais difundido atualmente pela Internet é o:

- a) zip
- b) art
- c) war
- d) tar